

BALANÇO DAS ATIVIDADES DA
SEGEPRES
2017 - 2018



Ministros

Raimundo Carreiro (Presidente)
José Mucio Monteiro (Vice-presidente)
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz de Oliveira
Ana Arraes
Bruno Dantas
Vital do Rêgo

Ministros-Substitutos

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luís de Carvalho
Weder de Oliveira

Ministério Público junto ao TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)
Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

BALANÇO DAS ATIVIDADES DA SEGEPRES

2017 - 2018



APRESENTAÇÃO



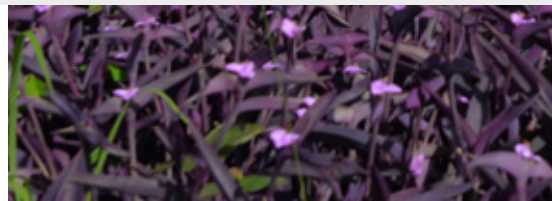
Em consonância com as diretrizes institucionais estabelecidas para o biênio 2017-2018, a Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) buscou pautar sua atuação estratégica em ações destinadas ao fortalecimento do controle externo e ao aumento da sinergia com as demais unidades da Secretaria do Tribunal.

No cumprimento de suas atribuições de natureza estratégica, a Segepres desenvolveu atividades de apoio especializado aos órgãos colegiados, tecnologia da informação, capacitação e desenvolvimento de competências, modernização do Tribunal, planejamento institucional, comunicação institucional, cerimonial, ouvidoria e relação institucional com o Congresso Nacional e com outros órgãos e entidades nacionais e internacionais.

No tocante à sua atuação direta, esta Secretaria-Geral enfatizou a desburocratização de atividades, a simplificação de processos e a alocação eficiente de recursos humanos e materiais. Por meio do uso da tecnologia da informação, de experimentos de inovação e de remodelagem de procedimentos, as novas práticas têm mostrado resultados positivos.

Com o objetivo de ilustrar as principais realizações, esta publicação apresenta os números de ações desenvolvidas e, organizado por dimensão estratégica, breve relato dos feitos alcançados ou em desenvolvimento, na perspectiva de serviços ligados à ampliação dos resultados da atividade-fim do Tribunal.

Convém ressaltar que as iniciativas até aqui empreendidas somente foram pos-

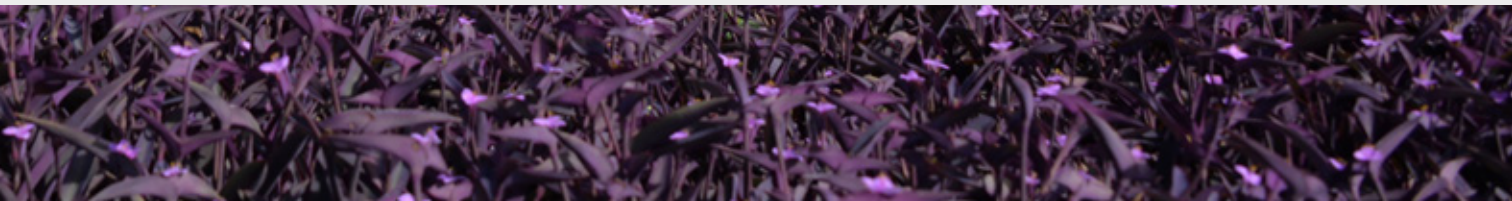




síveis devido ao apoio incondicional da Presidência do Tribunal, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, do empenho constante das unidades da Segepres e da colaboração e parceria fundamental das secretarias-gerais de Controle Externo e de Administração, bem como de suas subunidades.

Diante disso, resta expressar nossos sinceros agradecimentos a todos os servidores e dirigentes desta Casa que colaboraram direta ou indiretamente para o alcance desses resultados, ao tempo que reafirmamos o compromisso de sempre empenhar todos os esforços para que tenhamos um Controle Externo cada vez mais fortalecido.

RAINÉRIO RODRIGUES LEITE
Secretário-Geral da Presidência



PRINCIPAIS INICIATIVAS

6

SEGPRES EM
NÚMEROS



10

PARCERIAS
ESTRATÉGICAS



18

DESENVOLVIMENTO
DE COMPETÊNCIAS



26

**TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**



44

**EXCELÊNCIA
ADMINISTRATIVA**



60

COMUNICAÇÃO



SEGEPRES EM NÚMEROS

2017-2018

Enunciados de
jurisprudência

1.377

Boletins de
jurisprudência

122

Apoio a auditorias coordenadas

6

Ações de controle (*bechmarking*) apoiadas

6

Servidores capacitados em 63 cursos ofertados a
22 Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFSs

1.729

Eventos, reuniões e *workshops*
com participantes estrangeiros

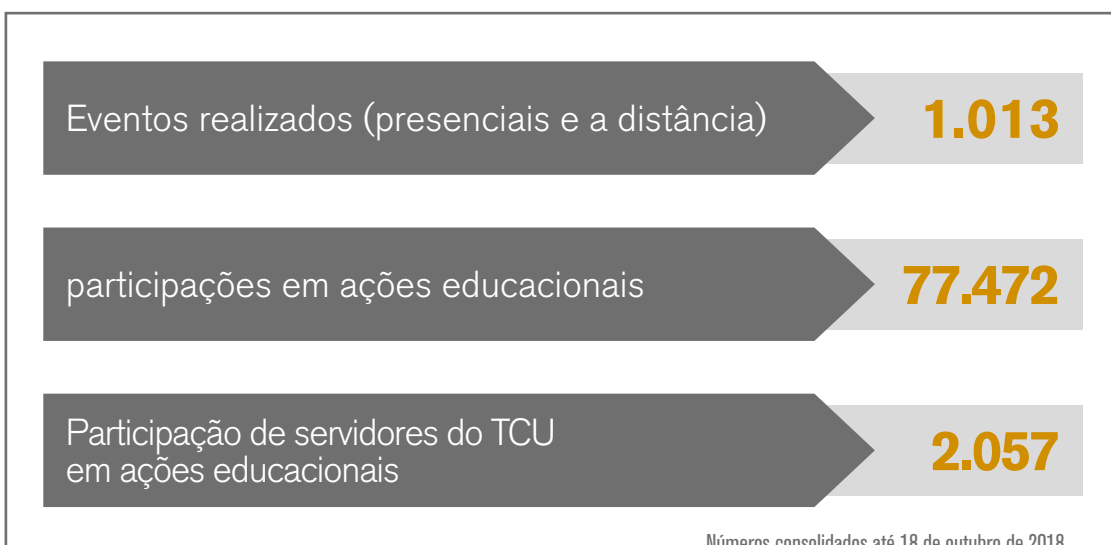
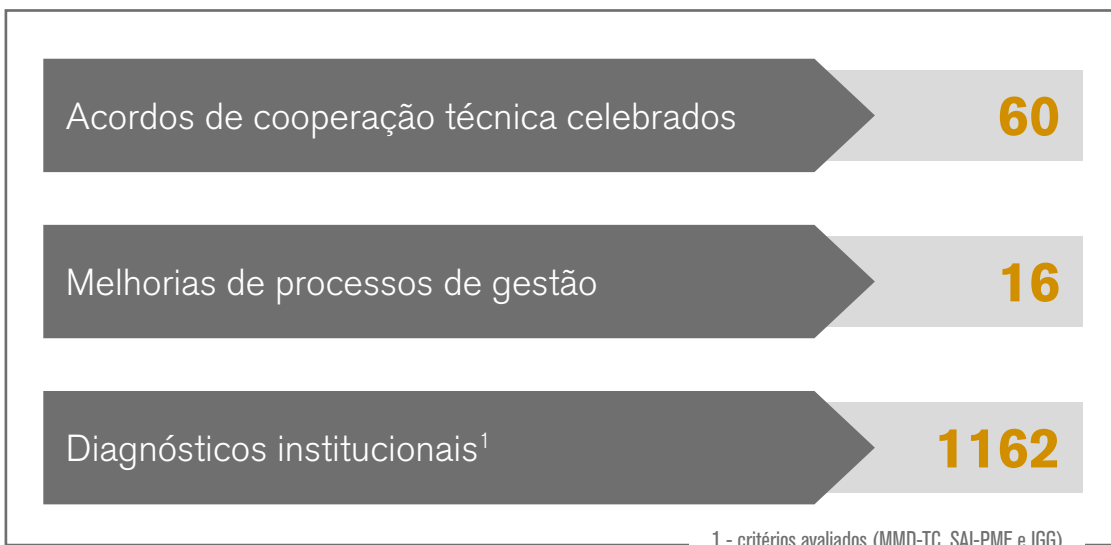
20

Missões internacionais organizadas

144

Traduções
(laudas em inglês, espanhol, francês ou alemão)

2.057



Oferta de cursos de pós-graduação

Alunos
TCU

109

Alunos
externos

114

SEGEPRESS EM NÚMEROS (2017/2018)

15% dos auditores do TCU lotados na Segecex em Brasília

Quadro-resumo

Aparições do TCU na Imprensa

Imprensa

4.247

Online

8.475

Televisiva

803

Rádio

424

Imprensa

Atendimentos à imprensa, acompanhamento de entrevistas e publicação de notícias no portal

5.661

Campanhas

Apoio ao controle externo: 28
Demais assuntos: 38

66

Vídeos

Apoio ao controle externo: 56
Demais assuntos: 17

73

Publicações

Apoio ao controle externo: 68
Demais assuntos: 19

87

Resultado do acompanhamento legislativo (2018)

Proposições estratégicas em acompanhamento
(classificadas de acordo com o impacto no TCU)*

125

Novas proposições técnicas em acompanhamento

635

Proposições já acompanhadas, que foram reclassificadas no novo paradigma

448

Proposições na base do Sislegis

6469

*As proposições que impactam o TCU foram classificadas em competências, composição, controle, estrutura, prerrogativas e processo.

Propostas de emendas ao PLDO

22

Audiências públicas e reuniões oficiais

55

Reuniões técnicas

11

Entregas das demandas de TI

PDTI
2017/2018

75

PDTI
2018/2019

12

até out/2018

Número de participantes do programa educativo (Visite o TCU) e visitantes espontâneos

12.850

PARCERIAS ESTRATÉGICAS



Aprovação do primeiro Plano Anual de Fiscalização da CFFC

Por meio de parceria técnica firmada com o TCU, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados (CD) aprovou seu primeiro Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC). Em razão das ações de aproximação entre o Tribunal e a CFFC, foi possível estabelecer as principais linhas de atuação da comissão em completa sintonia com o planejamento do TCU.

O PAFC foi criado por meio da Resolução 25/2017 da CD e tem como principal finalidade relacionar políticas públicas e temas da gestão pública federal que serão objeto de fiscalização e acompanhamento pela CFFC. Sua primeira edição foi aprovada em sessão plenária da comissão ocorrida no dia 9 de maio de 2018.

A fiscalização dos temas e das políticas públicas será realizada por meio de audiências públicas, visitas técnicas, pedidos de informação e propostas de fiscalização já acordadas com o TCU. O PAFC 2018 prevê a realização de seis Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), nas áreas de infraestrutura, saúde e educação, e visitas técnicas da CFFC a obras de infraestrutura no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Piauí.

Após a realização e avaliação das ações previstas no Plano, será elaborado o Relatório Anual de Fiscalização e Controle (RAFC) referente a 2018. O relatório poderá apontar procedimentos e ações no âmbito da Comissão para tratamento das conclusões relatadas, que se refletirão nos anos seguintes, permitindo acompanhamento de cada tema tratado.

Apresentação do Relatório Desenvolvimento Sustentável Nordeste 2030 (Fisc Nordeste)

Em dezembro/2017, foi apresentado em Fortaleza (CE) o Relatório Desenvolvimento Sustentável Nordeste 2030, com as conclusões do relatório sistêmico Fisc Nordeste, decorrente de auditorias realizadas pelas Secretarias de Controle Externo do TCU em cada um dos nove estados nordestinos.

O trabalho, que apresenta mapeamento dos desafios para o desenvolvimento do Nordeste, foi relatado pelo Ministro José Mucio Monteiro e resultou no Relatório Desenvolvimento Sustentável – Nordeste 2030, Acórdão 1827/2017-TCU-Plenário.

Participaram do evento autoridades do Tribunal, governadores, parlamentares daquela região e instituições parceiras. A Aceri, a Aspar e a Secom apoiaram a realização da iniciativa.

Em 2018, a partir das conclusões do relatório, o TCU promoveu uma série de encontros com parlamentares da bancada nordestina no Congresso Nacional para discutir possibilidades de ações em prol do desenvolvimento sustentável da Região.

Por meio da articulação realizada pela Presidência, com o apoio da Aspar, foram convidados todos os deputados e senadores dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os eventos permitiram que os parlamentares conhecessem dados fornecidos pelo Tribunal e informações que podem servir de insumos para propostas legislativas.



Acesse o
relatório
usando o QR
Code abaixo

Apoio à realização de auditorias coordenadas internacionais

O TCU adotou como estratégia a realização de auditorias coordenadas internacionais, em que diferentes Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs) participam de trabalhos sobre o mesmo tema, em seus respectivos países e com enfoque em planejamento integrado. Nessa perspectiva, o TCU tem estudado questões transnacionais, como governança de políticas públicas na região fronteira, obras viárias e implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A iniciativa tem sido apoiada e acompanhada pela Serint.

Como ganhos advindos da iniciativa, têm-se o desenvolvimento de competências profissionais, o aperfeiçoamento das técnicas de fiscalização, o intercâmbio de informações e a troca de experiências com EFSs de outros países. A tabela ao resumo as auditorias coordenadas previstas e os períodos de planejamento acordados para sua realização:

Auditoria	Datas planejadas
Obras Viárias	2016-2017
Governança de Fronteiras	2017-2018
ODS 2 – Fome Zero	
ODS 5 - Igualdade de Gênero	2018-2020
Áreas Protegidas	
Energias Renováveis	2020-2021
Recursos Naturais Transfronteiriços	
Dívida Pública	2019-2020
Áreas Protegidas/ Afrosai/OISC-CPLP	2019-2021

Atuação no *Professional Standards Committee* (PSC), da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)

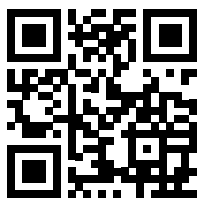
O ano de 2017 foi o primeiro do Tribunal na condição de Presidente do Comitê de Normas Profissionais da Intosai (PSC). O trabalho realizado teve como propósito o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da Intosai 2017-2022.

Uma das principais atribuições do PSC é manter estrutura adequada para a produção de normas. Com esse objetivo, foi realizado processo seletivo para escolha de integrantes do Forum for *Intosai Professional Pronouncements* (FIPP) – grupo de especialistas responsável pela qualidade das normas produzidas, monitoramento dos trabalhos realizados e formulação de recomendações para aprimorar seu funcionamento.

Também foi aprovada a criação de uma função técnica permanente para dar suporte ao processo de elaboração de normas e ampliado o grupo de instituições externas que atuam no processo de elaboração de normas, aumentando sua robustez e credibilidade.

O TCU, como Presidente do PSC, também exerce o papel de coordenador da implementação do plano de desenvolvimento de normas e, desse modo, está à frente do processo de preparação do próximo plano, que abrangerá o período 2020-2025.

Esse processo envolve ampla consulta a toda a comunidade e análise cuidadosa das sugestões recebidas, de forma a garantir que o plano atenda às prioridades dos auditores governamentais de todos os países.



Acesse a publicação usando o QR Code ao lado

Apoio às ações de elaboração e divulgação do Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP)

O TCU, em cumprimento ao que prevê o art. 123 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (Lei 13.473, de 8 de agosto de 2017) e em consonância com a diretriz estratégica de avaliar os resultados das políticas públicas, realizou a avaliação dos programas de governo, com vistas a subsidiar a elaboração do PLOA 2018.

Compete à Segecex elaborar o Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP). De modo a apoiar essa iniciativa, a Aspar viabilizou, em 2017, contatos com representantes das Consultorias Legislativas e das Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como auxiliou na realização de quatro reuniões técnicas que foram fundamentais para o desenvolvimento do Relatório.

O RePP 2017 foi apreciado por meio do Acórdão 2.127/2017-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer. O documento foi apresentado pelo Secretário-Geral de Controle Externo em audiência pública realizada na Comissão Mista de Orçamentos (CMO), no dia 28 de setembro de 2017, evento que também contou com a intermediação da Aspar.

Em 2018, o RePP foi apreciado por meio do Acórdão 2.068/2018-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler. a Aspar também atuou em auxílio à Segecex, viabilizando a realização de reunião com consultores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a apresentação do escopo do mencionado relatório, bem como a participação em discussões acerca de propostas para audiências públicas nas comissões temáticas.



Acesse o
relatório usando
o QR Code ao
lado

6

Ações de fortalecimento do controle social

Em apoio ao controle externo, a Ouvidoria do TCU deu continuidade ao processo de intermediação do relacionamento entre o Tribunal e as organizações não governamentais que trabalham com controle social. Nesse sentido, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o TCU e Os Amigos Associados de Ribeirão Bonito, o Observatório Social do Brasil, o Instituto de Fiscalização e Controle e a Transparência Brasil, com o objetivo de promover treinamento, intercâmbio de conhecimento e suporte a ações de controle.

Atualmente, a Segecex está realizando trabalhos de fiscalização no âmbito do referido acordo, os quais servirão como norte para eventuais novos acordos de cooperação a serem firmados com organizações da sociedade civil.

Além disso, importa assinalar que, em decorrência do tratamento e agrupamento dos pedidos de acesso à informação recebidos em 2017 e 2018, a Ouvidoria tem atuado como indutora do aprimoramento da transparência ativa do Tribunal, impactando favoravelmente no controle social exercido difusamente pela sociedade e, por consequência, na própria missão institucional do Tribunal.

Projeto TCU-GIZ

Com vigência entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, o acordo de cooperação com o Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), por intermédio da agência Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), visa ao fortalecimento do controle externo na área ambiental e conta com dois componentes complementares: um a ser implementado no âmbito do TCU e outro no âmbito da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).

Desde 2016, diversas unidades do Tribunal têm sido beneficiadas com o desenvolvimento de projetos que objetivam a aperfeiçoar a atuação da Corte de Contas à luz de suas funções institucionais, confirmando a transversalidade e convergência de esforços dessa cooperação internacional. As principais ações concluídas ou em desenvolvimento no ano de 2018 são:

- Projetos GeoControle I e II;
- Projeto Funasa – Saneamento Ambiental;
- Projeto Energias Renováveis;
- Projeto Gestão de Segurança de Barragens de Usos Múltiplos no Nordeste Brasileiro; e
- Projeto LabGeo.

Nesse contexto, destacam-se como benefícios do Projeto TCU-GIZ;

- recursos técnicos e financeiros para alavancar a atuação do TCU;
- inovação metodológica e novas ferramentas para modernizar o controle; e
- internalização de conhecimento e criação de capacidades.



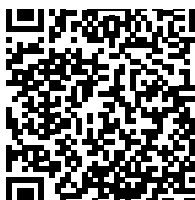
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Novo Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC)

Em 2017, foi publicado o novo Plano de Desenvolvimento de Competências (PDDC), que passou a ser estruturado por programas temáticos, com base em áreas prioritárias de capacitação necessárias ao cumprimento dos Planos de Controle Externo e de Diretrizes do Tribunal de Contas da União.

O Plano prevê programas de desenvolvimento em competências de controle externo, pessoais, de gestão e estratégia, de liderança e de inovação.

Entre as prioridades do PDDC, está o desenvolvimento profissional do auditor, com a construção de trilhas de desenvolvimento profissional, oferta de ações educacionais e implantação de programas de capacitação específicos para o controle externo.



Faça o
download do
PDDC usando o
QR Code
ao lado

Desenvolvimento profissional em controle externo

Durante o biênio 2017-2018, o ISC ofertou cerca de 420 ações educacionais voltadas ao controle externo, que geraram mais de 20.000 participações, tanto de servidores do TCU quanto de servidores de órgãos jurisdicionados.

TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Em 2018, para auxiliar no desenvolvimento profissional dos auditores do TCU, o ISC lançou as primeiras trilhas de aprendizagem para o controle externo relacionadas a competências específicas de controle, auditoria e tomada de contas especial. As trilhas são ferramentas que orientam o servidor sobre o percurso de capacitação a ser realizado para desenvolver determinada competência.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Também com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento profissional dos auditores, foram implementados, em 2018, os Programas de Desenvolvimento Profissional em Auditoria do Setor Público, o Fundamenta-Auditoria e o Programa de Desenvolvimento Profissional para novos auditores, o Fundamenta-Controle”.

O Fundamenta-Auditoria oferece ações de capacitação para auxiliar na aplicação das melhores técnicas disponíveis para a condução de auditorias e propiciar a realização de trabalhos com maior poder transformador. Para isso, reúne ações educacionais obrigatórias e eletivas, relacionadas a normas e métodos em auditoria, análise de riscos, análise de dados,

ética e postura profissional, entre outros temas. Aos participantes que concluírem as 319 horas de ações obrigatórias, mais 100 horas de ações eletivas, em um prazo de até cinco anos, será oferecida certificação específica do programa.

Já o programa Fundamenta-Controle, destinado a novos auditores, busca oferecer conhecimentos complementares aos recebidos no Programa de Formação, de forma a auxiliar na aplicação de técnicas, normas e métodos de auditoria e processo em seus contextos de atuação, possibilitando a realização de trabalhos com maior qualidade e complexidade crescente. Com carga horária total de 204 horas, o programa contém um conjunto de ações relacionadas a temas como instrução processual, processo no TCU, classificação de informação, normas e métodos em

auditoria. Os servidores que concluírem as ações no prazo de até três anos obterão certificação específica do programa.

PÓS-GRADUAÇÃO

Após o credenciamento do ISC no Ministério da Educação (MEC) em 2017, foram lançados novos cursos de pós-graduação lato sensu para promover a especialização dos servidores em temas prioritários para a atuação do controle externo.

Entre 2017 e 2018, foram abertos sete novos cursos de pós-graduação em temas indicados pela Segecex. Como resultado, cerca de 15% dos auditores do TCU lotados na Segecex em Brasília estão matriculados em alguma pós-graduação ofertada pelo ISC.

Cursos de pós-graduação	Certificação	Alunos TCU	Alunos externos
Obras Públicas Rodoviárias	UnB	25	2
Auditoria do Setor Público	ISC	13	11
Regulação em Infraestrutura	ISC/Enap	20	20
Auditoria Financeira	ISC	13	9
Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	ISC, ILB, Cefor, Ilanud	1	39
Análise de Dados	ISC	27	3
Avaliação de Políticas Públicas	ISC, ILB, Cefor	10	30
Total		109	114

Ações de capacitação (*media training* e *webwriting*)

Para incrementar as habilidades de comunicação dos porta-vozes do TCU, foram realizadas três capacitações de *media training* com dirigentes do Tribunal. O treinamento abrangeu atividades práticas de técnicas de resposta a entrevistas e questionamentos da imprensa de rádio e TV.

Também foi realizado curso de *webwriting* para servidores da Secom e de áreas gestoras de páginas do portal, para aperfeiçoar a redação de notícias e outros conteúdos web, tanto no portal quanto nas redes sociais. Os conteúdos passaram a contar com recursos como desenhos e infográficos, de forma a tornar mais didáticas e acessíveis as informações sobre as ações de controle. Segue exemplo de aplicação da técnica na imagem abaixo.



Centro de Altos Estudos

O Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecap), implantado em 2017, é um órgão colegiado de natureza consultiva e caráter permanente com a função de auxiliar o Tribunal na produção e disseminação de conhecimentos relevantes à atuação do controle externo; sugerir ações institucionais para o aperfeiçoamento do sistema de controle e da administração pública; e promover ações de cooperação, estudo e pesquisa, entre outras competências. O ISC é encarregado de exercer a secretaria-executiva do Cecap.

A primeira reunião do Conselho Superior ocorreu em 2017, com representantes da sociedade civil e comunidade acadêmica com notório saber técnico, jurídico ou científico. Em 2018, foi realizada a segunda reunião do Conselho Superior. Também foram implantados cinco grupos temáticos do Cecap, com a função de debater ações e articular parcerias que possam auxiliar no aprimoramento dos trabalhos de controle externo.

Entre os grupos temáticos, destaca-se o de Desempenho dos Tribunais de Contas, que iniciou os trabalhos em setembro de 2018. O grupo coletou subsídios para o processo de planejamento institucional e debate de caminhos e possibilidades para o aperfeiçoamento da atuação do TCU no controle externo da Administração Pública.

Os grupos temáticos do Cecap em funcionamento são:

- Avaliação da eficiência e qualidade dos serviços públicos;
- Avaliação dos resultados das políticas e dos programas públicos;
- Combate à fraude e corrupção;
- Desempenho dos Tribunais de Contas; e
- Transformação digital.



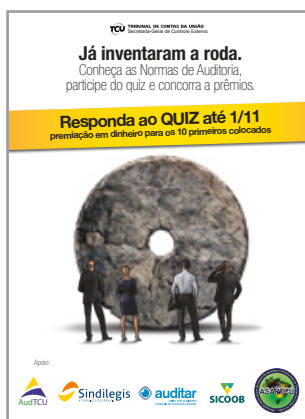
Acesse a
publicação
usando o
QR Code ao
lado

Realização do Quiz em Auditoria

Com o apoio da Seplan e da Secom, a Segecex realizou duas edições do Quiz em Auditoria: uma em 2017 e outra em 2018.

A iniciativa buscou estimular o corpo técnico a conhecer, com mais profundidade, as normas de auditoria, visando a ampliar a qualidade dos trabalhos e contribuir para a realização de auditorias transformadoras.

O *Quiz* foi composto por normas relativas aos princípios de auditoria do setor público, normas de auditoria operacional e de conformidade, normas gerais de auditoria e normas relacionadas à ética.



Cartaz de divulgação do Quiz



 Instituto Superior de Estudios de la Construcción
Escuela Superior de Ingeniería de la Construcción

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sistema de Acompanhamento Legislativo

Em busca da eficiência administrativa, Aspar e STI desenvolveram em conjunto uma solução para acompanhar as proposições legislativas em trâmite no CN.

Trata-se do Sistema de Acompanhamento Legislativo (Sislegis), que busca diretamente nos webservice da CD e do SF as proposições de interesse do TCU e as categoriza por meio de palavras-chave previamente identificadas.

As unidades técnicas do Tribunal recebem diretamente no sistema notificações sobre as proposições de seu interesse e podem fazer comentários, tais como solicitar à Aspar providências e ações.

O sistema foi pensado para que as informações disponíveis na tela sejam suficientes para permitir sua utilização completa e sem dúvidas e gerou melhorias no processo de trabalho do acompanhamento legislativo, como redução das etapas do processo e maior segurança da informação.

Tomada de contas especial (e-TCE)

A solução para tratamento dos processos de tomada de contas especial (TCE) buscou estabelecer novo modelo de atuação do TCU para esse tipo de processo. Trata-se de ferramenta que suporta toda a cadeia do processo, tratando a instauração no órgão de origem, o controle interno e todas as fases no âmbito do Tribunal.

O e-TCE está integrado com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e com o Sistema de Convênios (Siconv). Essa característica permite, quando aplicável, a captura de dados inerentes a transferências discricionárias diretamente das bases desses sistemas. Além disso, A integração com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi) e os cadastros de CPF e CNPJ da base da Receita Federal promove eficiência nas diversas instâncias do processo e melhora da qualidade dos dados.

Foram adotadas premissas e tecnologias altamente inovadoras, tanto em termos de processo de trabalho quanto de uso de recursos de vanguarda. Essa combinação permitiu, por exemplo, a criação da primeira unidade, no Tribunal, com características e cultura digitais: a SecexTCE.

Juntamente com a solução de instrução assistida, adiante descrita, possibilitará estabelecer novos patamares de produtividade e celeridade processual no TCU, assim como novos referenciais de eficiência processual e eficácia da atuação do controle relativamente aos processos de tomadas de contas especiais.



Acesse o
sistema usando
o QR Code ao
lado

Instrução assistida com uso de inteligência artificial

A adoção de instrução assistida com uso de recursos de inteligência artificial é mais uma inovação implementada pelo TCU e tem como propósito elevar os patamares de produtividade, eficiência e efetividade da Casa.

A solução propõe uma ruptura com os modelos de operação adotados até hoje no Tribunal. Também é uma alternativa para enfrentar o quadro crescente de escassez de recursos.

O objetivo é sistematizar e aprimorar a instrução de processos no âmbito do TCU. Após o preenchimento, conduzido pelo sistema, das irregularidades/dos achados (incluindo responsáveis e condutas), a instrução inicial de audiência e citação poderão ser geradas de forma automática.

Além dos cuidados para evitar o cometimento de erros materiais, a solução está sendo preparada para, com auxílio de algoritmos cognitivos, promover a fusão de diferentes conhecimentos relacionados ao objeto de controle.

Apreciação e exame de atos de pessoal (e-Pessoal)

A solução de apreciação e exame de atos de pessoal – e-Pessoal é resultado de investimentos feitos ao longo dos últimos três anos pela área de TI, Sefip e Adgecex. Dada a complexidade e abrangência da matéria, foi desenvolvida e implantada em etapas. A primeira foi implantada em 2016 e teve por escopo os atos de admissão e concessão de reforma e pensão militar. A segunda foi implantada em 2017 e alcançou o Ministério Público da União (MPU) e os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. A terceira, mais ampla, foi implantada em março de 2018 e alcançou todo o Poder Executivo.

O sistema e-Pessoal automatizou uma série de etapas e atividades da análise dos atos de pessoal, com significativos ganhos em termos de eficiência e produtividade para toda a cadeia de órgãos envolvidos no processo. Foram incorporadas várias inovações ao longo das etapas e instâncias processuais, do registro do ato no órgão de pessoal aos processos de envio, tramitação e tratamento, análise e registro do ato pelo Tribunal



Acesse o
sistema
usando o QR
Code ao lado

Tratamento de denúncias, representações e cautelares

A solução para tratamento de denúncias, representações e cautelares tem como objetivo organizar o processo de trabalho e estruturar as informações.

No ano de 2017, foram disponibilizadas as primeiras versões para representação e denúncia. Em 2018, foi disponibilizado o módulo de controle de cautelares. Embora vários módulos estejam em produção, ainda há investimentos a serem feitos, em especial, no contexto das fases de instrução e julgamento dos processos.

Assim como no caso das tomadas de contas especiais, a solução técnica concebida permitirá, com o uso de inteligência artificial, automatizar e aperfeiçoar, gradativamente, tarefas, atividades e decisões associadas à gestão, instrução e interação desses processos.

Laboratório de Informações de Controle (Labcontas)

O Laboratório de Informações de Controle (LabContas) constitui ecossistema diferencial ao exercício de ações de controle de diferentes instituições. Trata-se de ambiente digital de parceria e interação constante de conhecimentos multidisciplinares e ativos de informação para extração de valor e significado das diferentes bases de dados.

Esse ambiente conta, atualmente, com repositório de 96 bases de dados e parceria de 50 órgãos, entre tribunais de contas, órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público. São mais de 380 usuários – desses, aproximadamente, 100 usuários externos.

No biênio 2017-2018, foram feitos vários investimentos com o propósito de ampliar, fortalecer e conferir maior sustentabilidade e segurança ao ambiente do laboratório de informações.

Destacam-se, nesse contexto, as ações voltadas à absorção, documentação e automatização de processos de carga de dados e ampliação de infraestrutura tecnológica.

Paralelamente, foram implementados regras e mecanismos para assegurar maior controle e governança ao ambiente e ao acesso e uso dos recursos disponíveis.

Mineração e análise avançada de dados

Tecnologias de mineração ou prospecção de dados têm por propósito permitir a exploração de grandes quantidades de dados, em busca de padrões consistentes, associações, mudanças e anomalias relevantes.

O uso de tecnologias e capacidades associadas à mineração e análise avançada de dados vem se intensificando de forma crescente e consistente em várias frentes, como no caso das ações de fiscalização contínua, preditiva e preventiva.

Em 2017-2018, destacam-se a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura de TI para realização de cruzamento de dados e uso de técnicas de análise de dados e inteligência artificial.

Paralelamente às várias iniciativas associadas ao uso de dados, foram feitos investimentos na contratação e no provimento de solução do tipo de *self-service Business Intelligence* (BI) para utilização por todo o Tribunal. Essa classe de ferramenta é fundamental para dar celeridade à compreensão e ao uso de dados, assim como materialização e comunicação dos resultados da ação de fiscalização.

Os processos de aquisição e instalação da ferramenta foram concluídos no segundo semestre de 2018.

Painéis de informação

Nos anos de 2017 e 2018, o Tribunal experimentou crescimento exponencial no uso de painéis de informação como instrumentos de transparência e interação interna e externa. Nesse período, foram construídos mais de 20 painéis com informações agregadas e contextualizadas sob diferentes perspectivas e para diferentes públicos.

No contexto de ações de controle, citam-se, entre outros, os painéis sobre Observatório da Previdência Social e Observatório de Despesas da Administração Pública Federal; os referentes a índices de governança, a educação básica, educação superior e financiamento público da educação. Cabe dar especial destaque ao Painel de Renúncias Tributárias Federais, primeiro painel a ser aberto na internet para interação com o cidadão. Em menos de dois meses, foram computados mais de 1.400 acessos diários.

Além da manutenção dos tradicionais painéis com informações gerenciais para auxiliar o acompanhamento e a tomada de decisão, como os de gestão estratégica e de Tecnologia da Informação, foram construídos diversos painéis temáticos para uso interno, como os inerentes à gestão de fiscalizações e de ações de controle, à inclusão de pessoa com deficiência, à classificação de riscos em transferências voluntárias.

O aumento expressivo de construção de painéis verificado no período é resultado de investimento em parcerias entre as áreas de negócio e a área de Tecnologia da Informação: em sua grande maioria, os painéis são construídos pelas próprias áreas de negócio, enquanto a área de TI atua como habilitadora de recursos, ferramental, conhecimentos técnicos e ativos de informação.



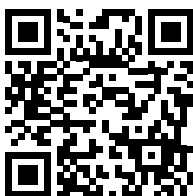
Accesse os
painéis usando
o QR Code ao
lado

Aplicativos móveis

A simplificação, mobilidade e comodidade dos usuários constituem diretrizes importantes na prestação de serviços, em especial, no atual contexto de uma sociedade altamente interconectada. Nesses dois últimos anos, foram feitos vários investimentos com o propósito de aperfeiçoar e ampliar o uso de soluções de *mobile* para oferta de serviços aos públicos interno e externo.

Servidores, advogados, partes interessadas, jornalistas e cidadãos podem instalar aplicativos em seus dispositivos móveis e buscar informações e serviços de forma mais ágil e dinâmica. Entre os aplicativos disponíveis, destacam-se os que permitem acompanhar as sessões plenárias (Sessões), acessar a jurisprudência (JurisTCU), acompanhar os processos (Push), realizar o controle social (Eufiscalizo).

Além disso, para agilizar o trabalho de servidores e autoridades sobre processos e documentos, foi desenvolvido o e-TCU *Mobile*. Praticamente todas as operações sobre processos e documentos atualmente disponíveis no e-TCU podem ser feitas pelo aplicativo. A solução foi desenvolvida a partir de métodos e abordagens que buscam privilegiar a experiência do usuário na realização das operações.



Baixe os
apps do TCU
usando o
Qr Code ao
lado

Funcionamento das sessões dos colegiados

No biênio 2017–2018, foram concebidas, desenvolvidas e incorporadas funcionalidades importantes para promoção de maior eficiência e sustentabilidade operacional ao funcionamento das sessões dos colegiados. Entre elas, destacam-se a unificação das pautas oficial e explicativa e a padronização do modelo, tanto para as Câmaras quanto para o Plenário.

Além disso, foram feitos investimentos importantes com vistas à melhoria da compreensão, pelos públicos interno e externo, das matérias apreciadas de forma unitária nos colegiados da Corte.

No período, também foram desenvolvidas funcionalidades específicas para auxiliar os gabinetes e a Seses na gestão e no tratamento de afastamentos e substituições de autoridades.

Esses investimentos têm impacto significativo na operação das pautas e atas das sessões.

Zello, assistente virtual do TCU

Em 2018, o Tribunal inaugurou o uso de assistentes virtuais, baseados no uso de recursos de inteligência artificial. O robô denominado “Zello” (em homenagem ao ilustre Inocêncio Serzedello Corrêa) interage com o cidadão por meio de mensagens de texto no Twitter, prestando informações confiáveis a respeito da atuação do TCU.

O foco inicial foi orientado para responder perguntas sobre responsáveis com contas julgadas irregulares pelo Tribunal. Ante o potencial dessa tecnologia na aproximação com o cidadão, a intenção é ampliar, gradativamente, a capacidade do Zello para prestação de informações sobre diversas ações de controle. O assistente virtual está disponível no perfil do TCU no Twitter (@TCUoficial).



Personagem criado
para a campanha de
lançamento do “ZELLO”

Solução para detecção de erros materiais

A adoção de solução de inteligência artificial (*deep learning*) encontra possibilidades de utilização nas mais diversas áreas de atuação.

No Tribunal, a solução de detecção de erros materiais possibilita o processamento das minutas de acórdãos antes de serem disponibilizadas para julgamento, com o intuito de detectar e mitigar a incidência de potenciais erros materiais presentes em deliberações dos colegiados.

Essa moderna tecnologia foi adotada inicialmente no contexto de acórdãos, mas, gradativamente, está sendo preparada e testada para utilização em outras instâncias do rito processual e das ações de controle.

Ao detectar possível erro material, o gabinete do relator e as unidades técnicas e de apoio às sessões do Tribunal são notificados para correção do documento.

Desde sua entrada em produção, a solução de inteligência artificial já evitou a publicação de diversos acórdãos retificados, economizando centenas de milhares de reais aos cofres públicos.

Conecta-TCU

A solução denominada Conecta-TCU, entregue em outubro de 2018, constitui espaço de interação entre o Tribunal e o gestor público. Trata-se de canal concebido, especificamente, para facilitar e encurtar o processo de compartilhamento de informações com gestores públicos. O escopo inicial teve por foco as determinações do TCU, mas há potencial para formação de plataforma ou portal de serviços digitais entre órgãos públicos.

A solução permite aos órgãos e às entidades, em um único lugar, conhecer, de forma contextualizada e consolidada, processos, acórdãos, determinações e recomendações do Tribunal.

Também é possível acompanhar prazos de determinações, conhecer a situação de processos e usar filtros para pesquisas em acórdãos.

A primeira versão foi disponibilizada, para uso experimental, à Petrobras, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Ministério da Saúde. Em breve, deverá ser estendida a outros órgãos e entidades da Administração Pública.



Uso de geotecnologias

No biênio, diferentes soluções e serviços demandados pelas áreas de negócio foram adquiridos para suporte a ações de fiscalização com o uso de tecnologias capazes de combinar e integrar imagens orbitais, mapeamentos, bancos de dados e softwares especializados de geoprocessamento.

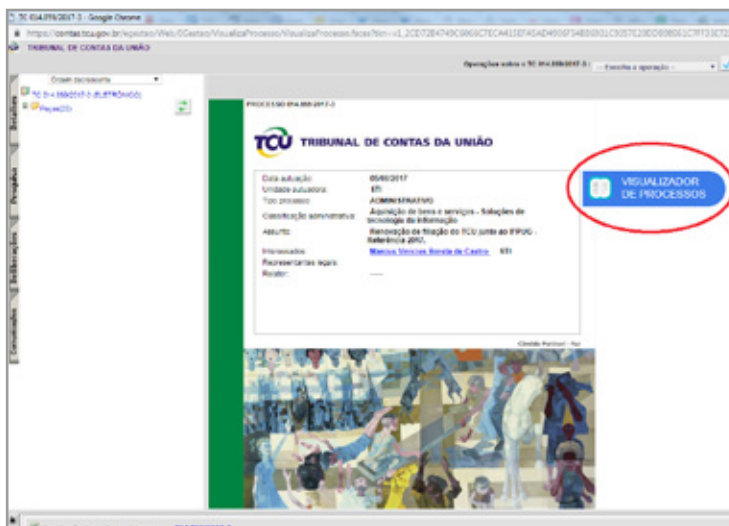
Com isso, foi possível viabilizar a fiscalização de maiores extensões, com maior rapidez, e com alocação de quantitativo menor de auditores. Ações de controle conduzidas no período revelaram expressivos ganhos de produtividade.

Visualizador de processos

Em outubro de 2018, foi disponibilizada nova versão da solução de visualização de processos, no e-TCU. O serviço contempla novas funcionalidades para auxiliar o trabalho e manuseio dos autos processuais.

A nova versão permite, entre outras possibilidades, destacar trechos das peças; fazer anotações; selecionar e copiar trechos dos documentos; pesquisar textos nas peças do processo, funcionalidades essenciais para agilizar a localização de informações; e aumentar o tamanho de imagens sem comprometer a definição e qualidade, característica importante para leitura de mapas, notas fiscais, documentos digitalizados.

Esses recursos são especialmente úteis para conforto e velocidade no manuseio e na leitura dos autos.



Outras soluções de TI

A constante demanda por manipulação de grandes massas de dados e utilização de tecnologias de *big data* pela área de controle externo exigem performances de processamento dos dados compatíveis com expectativas de tempo aceitáveis e novas tecnologias, como as de inteligência artificial e aprendizado de máquina. Para tanto, em 2018, foram adquiridos equipamentos de última geração e com altas capacidades de processamento, memória e armazenamento.

Em paralelo, assim que concluída a atualização tecnológica viabilizada por esses investimentos, também será possível contabilizar ganhos em termos de sustentabilidade e disponibilidade dos serviços de TI, mesmo quando da necessidade de manutenções programadas.

Destaca-se, também, o papel do TCU de indutor de aperfeiçoamentos na Administração Pública pelo exemplo de boas práticas. É o caso dos modelos de contratação de serviços de operação de infraestrutura de TI e desenvolvimento de *software*, que foram revistos e aperfeiçoados. Para os serviços de operação, adotou-se a contratação com base em Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI. Entre as principais vantagens vislumbradas, estão a possibilidade de adaptação a aumentos inesperados de carga de trabalho e apresentação de respostas mais tempestivas aos desafios impostos pela inexorável evolução tecnológica.

Ainda nessa linha, e dando continuidade a iniciativas adotadas em anos anteriores, concluiu-se, também, em 2018, o processo de contratação para oferta de serviços de

tecnologia em nuvem pública. Importante registrar o pioneirismo e protagonismo do Tribunal, no âmbito da administração pública, na adoção desse modelo, fato que impôs desafios adicionais de toda ordem: de definição e operação de requisitos para os contextos brasileiro e de administração pública, de definição de parâmetros, modelos e referenciais de migração e de uso de serviços em nuvem, entre outros.

Ante os resultados obtidos, vários órgãos e entidades da Administração Pública se inspiraram nessas contratações para fins de replicação interna.



A close-up photograph of a hand holding a black chess piece (a king) over a chessboard. The chessboard is in the foreground, and the hand is in the upper left. The background is a bright, out-of-focus light. The text 'EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA' is overlaid in a white box with a thin black border.

EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA

Análise dos enunciados de súmulas em relação à legislação e jurisprudência

A Súmula, como resumo da jurisprudência dominante de um tribunal, contribui para difundir o entendimento reiteradamente adotado, orientar interessados em geral e conferir estabilidade e coerência às decisões do órgão julgador, proporcionando segurança e previsibilidade aos jurisdicionados.

A Seses realizou e concluiu trabalho de análise preliminar e classificação, por situação de utilidade ou pertinência, de todos os enunciados de Súmula do Tribunal. O trabalho consistiu na pesquisa da ocorrência de cada verbete, ou da tese nele contida, nas bases eletrônicas de jurisprudência do TCU, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a fim de verificar sua efetiva utilização nos últimos anos (no caso do TCU, a base eletrônica de acórdãos contém deliberações proferidas desde 1992), ou seja, sua utilidade, bem como eventual superação, total ou parcial, por entendimentos jurisprudenciais ou alterações normativas supervenientes, ou, ainda, incorporação à legislação, tornando o verbeo incorreto ou desnecessário.

O trabalho teve como objetivo fazer amplo levantamento sobre as súmulas do Tribunal, a fim de apresentar à Comissão de Jurisprudência o quadro atual de utilidade e pertinência dos enunciados de Súmula de Jurisprudência.

Implantação de novas ferramentas no sistema de pesquisa jurisprudencial do TCU

Foi aprimorada a pesquisa na base de súmulas de jurisprudência do TCU. O sistema de pesquisa anteriormente utilizado incidia sobre documento em PDF, contendo informações limitadas. A nova pesquisa utiliza a base de conteúdo da Jurisprudência Seleccionada, com todas as sofisticações e facilidades da nova ferramenta de pesquisa de jurisprudência do Tribunal, como utilização de operadores booleanos, construção de expressões de busca, pesquisa por legislação correlata, utilização dos relacionamentos de sinonímia, possibilitada pela integração com o sistema do Vocabulário de Controle Externo (Tesouros).

Para tanto, todas as súmulas foram indexadas e as informações e os dados padronizados contidos na Jurisprudência Seleccionada complementados, com indexadores, excertos dos acórdãos de aprovação (e revogação) das súmulas, além dos demais metadados necessários.

Também foi incluído, na Jurisprudência Seleccionada, o recurso de ordenar os resultados das pesquisas por relevância jurisprudencial dos enunciados contidos nessa base. Além dessa funcionalidade, também foi implementada a pesquisa por acórdãos paradigmáticos. Assim, o usuário pode agora direcionar sua pesquisa apenas para acórdãos referentes a consultas, incidentes de uniformização de jurisprudência, entendimentos, conjugando, por exemplo, essa funcionalidade com outros argumentos de pesquisa existentes, o que representa um notável avanço na eficiência da ferramenta. Todas essas melhorias são fruto do trabalho conjunto da Seses com a STI.

Melhorias na gestão das bases textuais de Atos Normativos dos Colegiados e da Presidência e Atas das Sessões Colegiadas

A Seses redesenhou o processo de trabalho de compilação e alimentação dos atos normativos emitidos pelos colegiados e pela Presidência do Tribunal, o que culminou na necessidade de um novo sistema. A atual sistemática permite o cadastramento mais célere e confiável dos atos normativos dos colegiados e da Presidência. Além disso, foi criada uma nova ferramenta de busca textual, que facilita a recuperação dos documentos, tanto pelo público interno quanto pelo público externo ao TCU. A implantação dessa nova ferramenta também possibilitou melhorias na recuperação de informações de outra base textual: a das Atas das Sessões.

As atas das sessões colegiadas, cujo inteiro teor está disponível no portal TCU, são importante instrumento de consulta pelo público interno e externo do Tribunal. Como têm texto extenso, é importante que seja disponibilizada pesquisa eficiente de seu conteúdo. Assim, foram indexadas e podem ter o conteúdo recuperado com base em expressões textuais livres, bem como pela numeração, pela data da sessão, pelo colegiado e tipo de sessão.

A nova ferramenta de busca utiliza o mesmo padrão de interface e os mesmos operadores empregados na pesquisa de atas e na de jurisprudência e atos normativos, facilitando a experiência do usuário que utiliza as diversas bases para recuperação de conteúdo.

Implantação do novo sistema de sorteio de processos

O principal objetivo do novo sistema de sorteio foi dar transparência aos sorteios de relatoria de processos no Tribunal. Uma das mais relevantes características do sistema é a possibilidade de auditoria nas regras utilizadas em cada sorteio, levando em consideração requisitos legais e regimentais, como assuntos não contemplados nas listas de unidades jurisdicionadas, conflitos de competência entre relatores e impedimentos, por exemplo. O sistema gera, a cada sorteio, um termo, que é anexado aos autos, com a especificação das razões para participação de ministros em cada evento.

O novo sistema foi desenhado utilizando microsserviços mais condizentes com o novo padrão arquitetural implementado na Casa. Também foram priorizados aspectos de usabilidade e desenho de interface, por meio de serviços de experiência do usuário e interface do usuário.

Atualmente, o sistema se encontra parcialmente operacional. As próximas etapas preveem a evolução de algumas funcionalidades, como a possibilidade de que, nos casos regimentalmente permitidos, o sorteio seja realizado de forma descentralizada, sem necessidade de intervenção da Seses.

Proposta para unificação e reformulação dos relatórios de atividades e de gestão

Em parceria com a Segepres e com a participação da Segecex e Segedam, a Seplan auxiliou na elaboração de proposta para unificação dos relatórios de atividades do TCU e de gestão do Presidente, o que resultou na edição da Portaria TCU 34, de 25 de janeiro de 2018.

O trabalho seguiu as diretrizes instituídas pelo Presidente do Tribunal e incorporou melhorias sugeridas pelo CN e por atores internos, trazendo como benefícios o ganho potencial de eficiência e a economia de recursos. A racionalização dos dois processos de trabalho resultará em uma economia de, cerca de, R\$ 200 mil por ano.



Acesse o relatório usando o QR Code ao lado



Acesse a portaria usando o QR Code ao lado

Centralização dos SAs da Segepres

Em parceria com unidades da Segepres, a Seplan elaborou proposta com a finalidade de centralizar, no Segepres/SA, atividades típicas de apoio administrativo a cargo de unidades integrantes da estrutura desta Secretaria-Geral.

Essa medida de racionalização buscou melhorar a alocação e distribuição de pessoas e funções de confiança na execução das atividades de apoio e, ainda, possibilitar ganho de foco no âmbito das unidades beneficiadas, com direcionamento da força de trabalho para a execução de atividades finalísticas.

Gestão de riscos no TCU

A Seplan desenvolveu projeto que embasou a elaboração da Política de Gestão de Riscos do Tribunal e deu ensejo à Resolução-TCU 287, de 12 de abril de 2017. A partir da aprovação e publicação da referida política, foram desenvolvidas iniciativas para a implantação do Sistema de Gestão de Riscos do Tribunal, por meio das seguintes medidas:

- Publicação do Manual de Gestão de Riscos do TCU: com orientações práticas e objetivas para a implantação da gestão de riscos nas unidades e nos processos/projetos por parte dos gestores e servidores do Tribunal.
- Publicação de vídeos orientadores sobre gestão de riscos: foram publicados no portal TCU vídeos tratando de conceitos, princípios e orientações sobre a implantação da gestão de riscos.
- Definição do modelo de gestão dos riscos-chave do TCU: foi estabelecido um modelo para identificação, validação, avaliação e tratamento dos riscos que, em função do impacto potencial no Tribunal, devem ser conhecidos pela alta administração do Tribunal.
- Identificação dos riscos-chave do TCU: a partir de entrevistas com autoridades, servidores e atores externos, foram identificados riscos-chave para o órgão.



Acesse a
publicação
usando o
QR Code
ao lado

Seminário Internacional Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania

A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, que possui entre suas atribuições a tarefa de apoiar o funcionamento da Comissão de Acessibilidade do TCU (Caces), realizou, em parceria com outras instituições, o Seminário Internacional Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania, nos dias 20 e 21 de setembro de 2017, no ISC.

Além de debater questões relacionadas ao pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, o seminário possibilitou a abordagem de temas relacionados às políticas públicas para as pessoas com deficiência, ao desenho universal de cidades inclusivas, bem como às tendências globais e aos desafios para a implementação de políticas públicas inovadoras. O seminário discutiu, ainda, a participação social e os desafios da inclusão escolar da pessoa com deficiência e sua participação produtiva no mercado de trabalho.

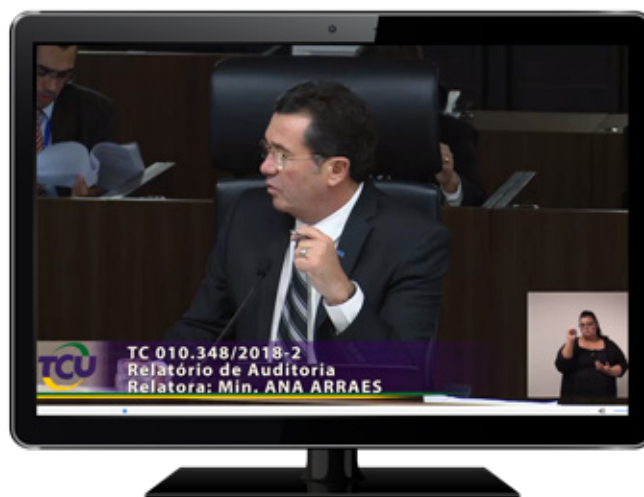


Material de divulgação do evento

Transmissão de sessões colegiadas do TCU com interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais – Libras

Desde o dia 10 de outubro de 2018, o TCU passou a transmitir internamente suas sessões plenárias com interpretação em Libras, com posterior disponibilização dos vídeos também com interpretação em Libras, para acesso amplo da sociedade, garantindo, assim, a acessibilidade de comunicação às pessoas com deficiência auditiva.

A contratação da prestação de serviços de interpretação simultânea em Libras visa a dar cumprimento ao Decreto 6.949/2009, da Presidência da República, e ao Decreto Legislativo 186/2008, do CN, que promulgaram a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência.



Instrumento de autoavaliação de acessibilidade

A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade elaborou, em parceria com o SF, a CD, o STF, o STJ, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), instrumento destinado à autoavaliação de acessibilidade.

Essa atividade conjunta teve respaldo no acordo de cooperação técnica firmado entre essas instituições em 2017, com o objetivo de estabelecer cooperação no âmbito da acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.

O instrumento de autoavaliação de acessibilidade é constituído por quatro dimensões (gestão da acessibilidade, tecnológica, serviços e arquitetônica e urbanística) e será utilizado pelas organizações parceiras para avaliação de seus níveis de acessibilidade, bem como para o estabelecimento do respectivo índice.

Simplifica, TCU! Desburocratização do TCU

A Seplan desenvolveu um espaço colaborativo – Sistema Simplifica – com o objetivo de melhorar a eficiência nos processos internos de trabalho, a partir da solução de problemas burocráticos existentes no TCU. As ideias produzidas servem de contribuição para o planejamento das unidades. O sistema já conta com mais de 100 propostas de melhoria.

Além da implantação do sistema, foi promovida campanha de desburocratização e eficiência de processos internos. Foram publicadas, no União, matérias para disseminação dos princípios de eficiência do Decreto 9.094/2017 e reflexões quanto a sua aplicação no Tribunal.



Acesse a página
usando o
QR Code
ao lado

Melhorias na distribuição das Listas de Unidades Jurisdicionadas (LUJs)

A Seplan conduziu estudo para equalização da carga de trabalho dos processos distribuídos aos relatores por meio das Listas de Unidades Jurisdicionadas (LUJs). Além da equalização, foram propostas modernizações na composição das listas: os processos de atos de pessoal, de tomadas de contas especiais (TCEs), de denúncias e representações ligadas às aquisições logísticas e de fiscalização dos procedimentos de desestatização realizados pela Administração Pública federal passaram a ser distribuídos por meio de sorteio.

Essa iniciativa deu ensejo à edição da Resolução-TCU 298, de 8 de agosto de 2018, com vistas à alteração do normativo que dispõe sobre a distribuição de processos a ministros e ministros-substitutos no âmbito do Tribunal (Resolução-TCU 175, de 25 de maio de 2005).



Acesse a
Resolução-TCU 175
usando o QR Code
ao lado

Proposta de novo modelo conceitual de planejamento institucional e Revisão do Plano Estratégico do TCU (PET-TCU 2015-2021)

Fruto de intenso diálogo estratégico ocorrido entre abril/2017 e outubro/2018, capitaneado pela Seplan, em conjunto com representantes de diversas unidades da Secretaria do Tribunal, foi proposto o novo modelo de planejamento institucional do Tribunal de Contas da União, alinhado às melhores práticas internacionais adotadas por EFSs. O modelo busca simplificar e integrar o processo de planejamento institucional e promover a melhoria da governança e da gestão da estratégia no TCU.

Ainda nesse contexto, propôs-se a alteração da Resolução-TCU 269, de 25 de março de 2015, que dispõe sobre o sistema de planejamento e gestão do TCU, para adequar seu conteúdo ao novo modelo conceitual de planejamento e gestão.

De modo complementar, encontra-se em processo de revisão o atual Plano Estratégico do TCU (PET 2015-2021). A revisão tem o propósito de propiciar a atualização da estratégia organizacional face às mudanças de contexto ocorridas durante a vigência do Plano.

O trabalho, que se estenderá até fevereiro de 2019 e contará com a participação de toda a Casa, está identificando os principais desafios nacionais que direcionarão a atuação do TCU e os objetivos estratégicos temáticos que contribuirão para superar os desafios, bem como definindo os resultados que se pretende entregar à sociedade nos próximos anos. Também serão construídos indicadores estratégicos temáticos e estratégias de atuação que possibilitarão a esta Corte um melhor direcionamento e monitoramento das ações de controle.

Desenvolvimento de indicadores de desempenho para o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU)

A Seplan, em atendimento à demanda de aperfeiçoamento da gestão do Ministério Público junto ao TCU, realizou estudos e desenvolveu um conjunto de indicadores de desempenho, inicialmente gerenciais, para mensurar os resultados apresentados pelo MPTCU.

Os indicadores foram divididos em dois grupos: um para avaliação de desempenho e outro com dados gerenciais para acompanhamento de gestão.

Apoio à realização de eventos

A Aceri atuou na realização de, aproximadamente, 885 eventos, incluindo seminários, fóruns e reuniões promovidos pela Secretaria do Tribunal, dos quais, cerca de, 70% (620) foram voltados para o controle externo. Merecem destaque os eventos relacionados a seguir.

- I Seminário Internacional de Auditoria;
- Seminário Sustentabilidade na Administração Pública e IV Seminário de Planejamento Sustentável no Poder Judiciário;
- Diálogo Público: Combate à Corrupção em Infraestrutura;
- Diálogo Público: Fiscalização dos Processos de Celebração dos Acordos de Leniência;
- Diálogo Público: Privatização da Eletrobras
- Diálogo Público: Discussão do PL 7.448/2017;
- Diálogo Público: Novo Regime de Contratação das Estatais;
- Audiência Pública sobre Judicialização dos Benefícios concedidos pelo INSS;
- II Seminário Internacional de Auditoria; e
- Boas Práticas na Administração Pública.

Material de divulgação do
evento Diálogo Público



COMUNICAÇÃO

Melhorias no portal TCU para relacionamento com partes interessadas

Um dos pilares da atual gestão do Tribunal, o combate à fraude e corrupção, recebeu página própria no portal TCU hospedada no endereço.

Outra página criada foi a de Eficiência e Produtividade que abriga as ações do Tribunal para combater o excesso de burocracia que impede o crescimento econômico do país e a competitividade das empresas brasileiras. Esses novos espaços no portal proporcionam transparência e acesso aos trabalhos de fiscalização e conteúdos informativos sobre o tema.

A fim de proporcionar maior visibilidade à atuação do TCU nos estados, a nova página TCU nos Estados incorporou a representação de mapa do Brasil, que dá acesso a páginas com notícias sobre trabalhos de fiscalização realizados em cada estado.

Também foi inserido novo formato de pesquisa para Atas das Sessões na área de busca do portal, a fim de proporcionar ainda mais transparência às decisões do Plenário e facilitar as consultas por parte dos interessados.

Para o público interno, foi realizada remodelagem do portal, seguindo o padrão institucional do Portal Cidadão, entregue em 2016. Entre as inovações, destacam-se o acesso mais fácil e rápido às bases de dados, a customização dos ícones de serviços e consultas, de acordo com as necessidades de cada usuário, além de maior facilidade de consulta a processos e documentos do e-TCU, principal ferramenta de trabalho da Casa.



Acesse a página de **Combate à Fraude e Corrupção** usando o QR Code abaixo



Acesse a página de **Eficiência e Produtividade** usando o QR Code abaixo



Acesse a página de **Controle e Fiscalização** usando o QR Code abaixo



Acesse a página de **Pesquisa de Atas das Sessões** usando o QR Code abaixo

Campanhas de apoio ao controle externo

Seguindo a estratégia de constante aperfeiçoamento de instrumentos e metodologias para o controle externo, a Secom, em apoio à Segecex, desenvolveu campanhas com o objetivo de estimular melhorias em processos de trabalho voltados para a área finalística do Tribunal.

São exemplos desse trabalho conjunto:

- Campanha de normas de auditoria 2017 e 2018;
- Campanha de desburocratização dos serviços prestados ao cidadão;
- Projeto Qualidade das Auditorias – campanha Podemos Fazer Melhor;
- Apoio à comissão de ética para divulgação da pesquisa sobre conflitos de interesses;
- Realização de duas edições do Desafio TCU: construção de novos indicadores para o controle e colaboração do TCU para o processo eleitoral;
- Campanha sobre propostas do TCU para a desburocratização dos serviços prestados ao cidadão;
- Ações do projeto Blitz, da Segecex, nos seguintes temas: controle social, obras paralisadas, acompanhamento do cumprimento da Lei das Estatais;
- Campanha sobre a evolução da prestação de contas;
- Divulgação da lista de gestores com contas julgadas irregulares;
- Divulgação do Bot do TCU no Twitter (Zello), para consulta à lista de responsáveis com contas consideradas irregulares pelo Tribunal;
- Divulgação dos novos referenciais de gestão de risco; e
- Divulgação do painel de renúncias tributárias federais.



Cartaz da campanha sobre a evolução da prestação de contas

Divulgação dos trabalhos de fiscalização em canais de órgãos parceiros

O programa Conexão Senado é uma nova parceria da Se- com com a TV Senado para veiculação de entrevistas semanais com autoridades e dirigentes do TCU sobre assuntos de relevância para o Tribunal. As entrevistas ficam gravadas na área de Imprensa do portal e podem ser acessadas pelo QR Code da página anterior.



Acesse a página no portal usando o QR Code ao lado

Publicações de relevância para o controle externo

As ações da Secom na divulgação das ações de controle incluem a produção de publicações dos trabalhos realizados e memórias de eventos realizados pelo Tribunal. Entre as publicações lançadas no biênio, destacam-se as listadas a seguir:

- Série Diálogos Públicos;
- Atas de reunião do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP do TCU;
- O TCU e o Desenvolvimento Nacional
- Referencial de Combate a Fraude e Corrupção;
- Guia de Governança e Gestão em Saúde; e
- Publicações sobre Gestão de Riscos (Referencial Básico de Gestão de Riscos, Avaliação da Maturidade e 10 passos para a Boa Gestão de Riscos).



Acesse a publicação usando o QR Code ao lado

Discussão do Projeto de Lei 7.448/2017

A Segepres, por determinação do Presidente, conduziu a realização de Diálogo Público para Discussão do Projeto de Lei 7.448/2017. A proposição pretendia alterar a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com a inclusão de dispositivos que poderiam trazer consequências adversas para o controle da Administração Pública no Brasil.

O evento foi realizado em 23/4/2018 e contou com a participação de juristas, professores, administradores públicos e autoridades, entre as quais: a Advogada-Geral da União, Grace Mendonça; a Procuradora-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Raquel Dodge; o Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; o Ministro do STJ, Herman Benjamin; a Procuradora-Geral do MPTCU, Cristina Machado; e a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Anilcéia Machado.

Ao ser publicada em 25/4/2018, a Lei 13.655, de 25 de abril de 2018, resultante do mencionado projeto de lei, incorporou vetos que haviam sido objeto de discussão no Diálogo Público promovido pelo Tribunal aos dispositivos considerados mais danosos à administração pública.

O registro desse evento foi objeto de publicação institucional, que pode ser acessada no Portal TCU.

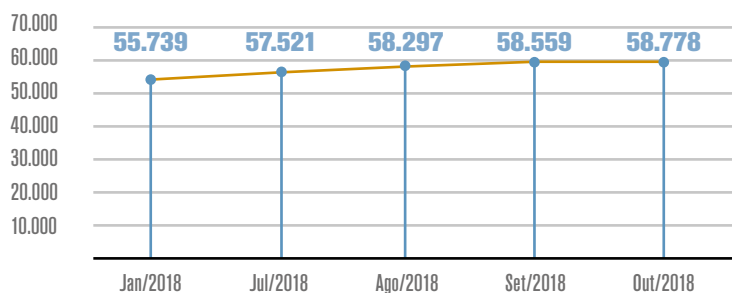


Acesse a publicação usando o QR Code ao lado

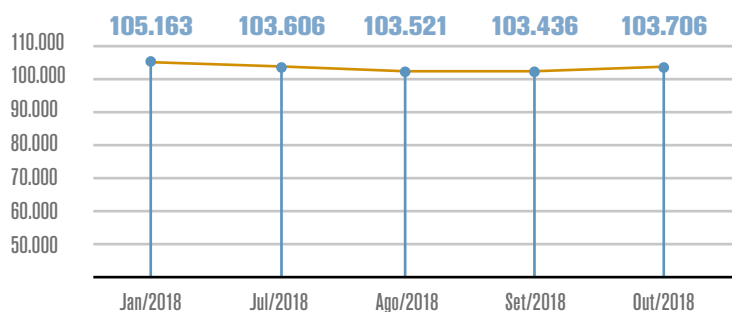
Relacionamento com a sociedade

As redes sociais constituem importante ferramenta por meio da qual a sociedade também manifesta anseios por um controle eficiente de gastos públicos e por serviços públicos de qualidade. Atento a essa nova realidade, o Tribunal aumentou o engajamento dos cidadãos em diferentes mídias sociais, conforme demonstrado nos gráficos de acesso às páginas oficiais do TCU no *Twitter* e no *Facebook*.

Seguidores no Facebook

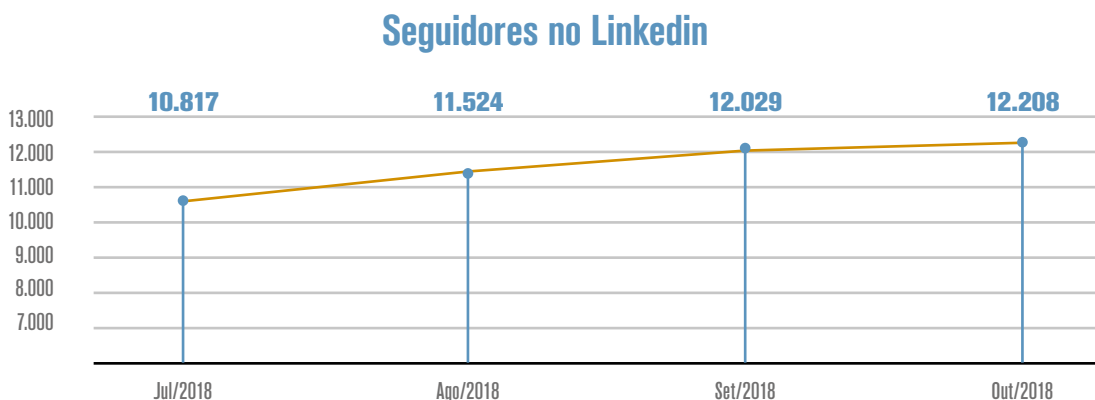


Seguidores no Twitter



COMUNICAÇÃO

Além disso, a Secom implementou o canal oficial do TCU no LinkedIn, com ênfase na publicação de textos técnicos e divulgação de eventos. O Tribunal também aumentou o número de seguidores nesta rede social, desde que foi iniciada a produção de conteúdo.



A Ouvidoria também buscou implementar melhorias no que tange ao contato com o cidadão. A primeira delas diz respeito ao incremento do Sistema da Ouvidoria do Tribunal (Sisouv), em relação aos registros dos relatos de matéria externa, com a inserção de campos a serem preenchidos pelos próprios manifestantes. Tal iniciativa vai ao encontro do disposto no Referencial de Combate a Fraude e Corrupção, na medida em que viabiliza a obtenção de informações mais detalhadas e precisas e, conseqüentemente, uma melhor avaliação da manifestação pela Secretaria de Controle Externo responsável.

A segunda iniciativa foi a atualização, na página da Ouvidoria, no site do TCU, do campo referente a Dúvidas Frequentes. Essa providência se reveste de grande importância, por propiciar maior facilidade àqueles que consultam e utilizam este canal de comunicação do Tribunal com a sociedade, evidenciando um indubitável estímulo ao controle social.

Portal em línguas estrangeiras

Para aumentar a divulgação internacional dos trabalhos do TCU e a cooperação com organismos internacionais, a Serint publica, no portal TCU, em língua estrangeira, as notícias mais relevantes para o usuário estrangeiro que se interessa pelas atividades do Tribunal. O conteúdo está disponível em inglês e espanhol.



Acesse a página no portal em inglês usando o QR Code ao lado



Acesse a página no portal em espanhol usando o QR Code ao lado





© Copyright 2018, Tribunal de Contas da União

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins lucrativos.

Fotos: Getty images

Responsabilidade pelo Conteúdo

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Projeto gráfico, diagramação e capa

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Secretaria de Comunicação (Secom)

Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Endereço

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral da Presidência

SAFS Quadra 4 Lote 1

Edifício Sede Sala 146

70.042-900 Brasília - DF

(61) 3316 5338

segepres@tcu.gov.br

Ouvidoria

0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Sesap/Segedam



Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável

